



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

#### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de diligência desta Comissão com o objetivo de averiguar denúncias sobre omissão, negligência e violação de direitos das mulheres e das famílias atingidas pelo rompimento das barragens da Vale/ Samarco em Mariana e Brumadinho.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 255, c/c o artigo 24, ambos do Regimento Interno da Câmara Federal – RICD, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias nos municípios de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, com o objetivo de averiguar as denúncias de impunidade, negligência e omissão no cumprimento de iniciativas de mitigação, restituição e indenização das famílias atingidas pelos rompimentos das barragens, com foco nas mulheres.

#### JUSTIFICAÇÃO

No dia 14 de março, Dia Internacional Contra Barragens, pelos Rios, pelas Águas e pelas Vidas, Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB realizou Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com mais de 400 atingidos como um marco na sua jornada de lutas. São muitas denúncias de descaso e omissão do Estado e negligência da empresa mineradora.

Os atingidos de Minas e do Espírito Santo aproveitaram o espaço para denunciar o abandono, o descaso, a impunidade, a violação e a falta de reconhecimento dos direitos, não apenas após os crimes de Mariana e Brumadinho, mas durante todo o processo histórico de instalação de barragens no estado.

O crime cometido pela mineradora Samarco/Vale/BHP Billiton matou 19 pessoas e se tornou a maior tragédia socioambiental do Brasil, deixando um rastro de destruição que percorreu mais de 600 km da Bacia do Rio Doce, passando por dezenas de municípios mineiros até chegar ao Espírito Santo.

Passados mais de três anos do rompimento da barragem em Mariana, assistimos estarrecidos a um novo rompimento em Brumadinho, em janeiro de 2019, que arrastou para a lama de rejeitos centenas de vidas humanas. Até agora, muito pouco foi feito para mitigar, restituir, indenizar ou compensar as vítimas que relatam toda sorte de abandono,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

não só pela empresa responsável pela tragédia criminosa, bem como pelo poder público. Os desastres de Brumadinho e Mariana causaram consequências drásticas na vida das pessoas atingidas como problemas de saúde, de trabalho e geração de renda, afetando diretamente as mulheres por serem as “condutoras” das famílias.

São inúmeros depoimentos relatando as situações de miséria, tristeza, abandono, doenças e mortes causadas pelo rompimento da Barragem do Fundão em Mariana. O crime da Samarco é renovado diariamente toda vez que os atingidos precisam brigar por água, quando não conseguem mais tirar o sustento da pesca e da agricultura, quando decisões judiciais adiam os pagamentos de indenizações ou estabelecem valores irrisórios e não conseguem a reparação necessária equivalente aos seus modos de vida, perdas e sofrimentos.

O Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens denuncia ainda o descaso, a lentidão e a parcialidade do Judiciário que vem atuando em favor da empresa mineradora responsável pelo rompimento das barragens nos municípios de MG. O grupo exige ainda que a impunidade que se segue desde 2015 não se repita no caso de Brumadinho, que já contabiliza 201 mortos, 107 desaparecidos e toda a bacia do Paraopeba afetada.

Considerando as atribuições da CDHM (receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; avaliar e investigar as denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos, etc.), reiteramos a necessidade de averiguação dos fatos *in loco*, pelo que solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY PT/DF**